CÂMARA DOS DEPUTADOS





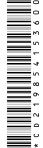
REQUERIMENTO N.º , DE 2021 (Da Sra. ALICE PORTUGAL)

Solicita inclusão na Ordem do Dia do Plenário, o Projeto de Lei nº 1.133, de 2021, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências", para prorrogar o período de suspensão de pagamento das obrigações relativas ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 114, inciso XIV, do Regimento Interno desta Casa, a inclusão na Ordem do Dia do PL nº 1.133, de 2021, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências", para prorrogar o período de suspensão de pagamento das obrigações relativas ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).





λpresentação: 10/11/2021 15:33 - Mesa

CÂMARA DOS DEPUTADOS



DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Com o agravamento da crise econômica, o sonho de concluir uma graduação acabou se transformando em pesadelo para milhares de diplomados. Assim como acontece em qualquer contrato de financiamento, o atraso no pagamento das parcelas acarreta restrições de crédito não apenas a quem contraiu a dívida, mas também ao fiador dela.

A taxa de juros utilizada no programa, que antes era fixa, deixou de ser subsidiada pelo governo e passou a flutuar de acordo com a inflação. A situação se tornou ainda mais grave em meio à crise causada pela pandemia de covid-19.

Em julho do ano passado, o Fies teve o maior percentual de inadimplência da história: 54.3% dos contratos não foram pagos naquele mês, segundo o Ministério da Educação (MEC), responsável pelo programa.

Atualmente há cerca de 1 milhão de inadimplentes com o financiamento, conforme a pasta — pessoas que estão com mais de 90 dias de atraso no pagamento das parcelas.

Para especialistas, é fundamental que o governo discuta formas para facilitar os pagamentos das mensalidades.

O MEC afirma, em nota, que tem avaliado junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) "a publicação de nova renegociação de dívidas". Porém, ainda não há previsão de quando isso ocorrerá. Atualmente, conforme o FNDE, as parcelas em atraso somam R\$ 7,3 bilhões que deixaram de ser pagos por



CÂMARA DOS DEPUTADOS



DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

No ano passado, o número de contratos do Fies foi o menor dos últimos 10 anos. O governo federal anunciou que havia 100 mil vagas disponíveis para o financiamento. Porém, uma reportagem da "Folha de S.Paulo" em novembro passado revelou que foram registrados apenas 47.082 novos contratos em 2020.

É imperativo, pois, que o Poder Legislativo se debruce sobre este grave problema enfrentado pelos estudantes e aprecie este projeto de lei que prevê a anistia de dívidas do FIES.

Sala das Sessões, em

de

de 2010.

ALICE PORTUGAL

Deputada Federal - PCdoB/BA



